



Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO MISTA

PARECER

Vem para análise e parecer desta Comissão, o Projeto de Lei Complementar nº 24/2022, de autoria do Prefeito Municipal, que “Institui o Programa de Recuperação Fiscal de Foz do Iguaçu – REFIS 2022 –, na forma que especifica”.

De acordo com a Mensagem nº 93/2022, o programa especial de pagamento de débitos, no âmbito de competência do Fisco Municipal, visa aumentar a arrecadação, diminuir o *déficit* nas contas públicas, bem como no montante pendente de recolhimento pelos contribuintes e, conseqüentemente, estimular os contribuintes a efetuarem o pagamento de seus débitos perante o fisco. Dentre esses benefícios supracitados, destaca-se o fato do contribuinte que efetivar o pagamento à vista, dos créditos tributários e não tributários devidos até 31 de dezembro de 2021 ter uma redução de 100% (cem por cento) sobre as multas e juros de mora, para pagamento à vista, até o dia 29 de dezembro de 2022.

Salienta ainda o Poder Executivo, que o benefício do REFIS/2022 oportunizará o pagamento com os descontos também aos contribuintes que tenham parcelamento de dívidas em andamento, bem como, incluirá os créditos tributários relativos ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, transferidas ao Município através do Convênio com a Procuradoria da Fazenda Nacional, para concessão da redução tão somente das multas de dívida ativa e multas de mora para pagamento nos mesmos percentuais e datas previstas para os demais tributos, na forma prevista no artigo 2º do Projeto de Lei Complementar.

Subsidiando o Projeto, consta o Relatório da Estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro nº 96/2022, informando que em sua metodologia, a previsão de receitas do município, considera como base histórica aquela Efetivamente Arrecadada e não o estoque de lançamento da Dívida Ativa; que para 2022, foram estimados em R\$ 35,7 milhões (trinta e cinco milhões e setecentos mil reais) na dívida ativa, incluindo juros e multas e foram efetivamente arrecadados até 31 de outubro, R\$ 54,4 milhões de reais (cinquenta e quatro milhões e quatrocentos mil reais), sendo que qualquer receita adicional será positivo para as contas públicas; que não necessita de medida de

Handwritten signatures and initials in blue ink.



Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

compensação, pois a receita arrecadada é superior a previsão de receitas constantes da Lei Orçamentária 2022; que a Ação Governamental terá impacto na regularização da situação fiscal das empresas; que a Ação Governamental prevê apenas a redução dos valores correspondentes às multas e juros, mas não do principal, corrigido monetariamente, concluindo que a Ação Governamental tem impacto Neutro nas metas fiscais, se conforma com a Lei de Responsabilidade Fiscal, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias- LDO em vigor, está adequada com Lei Orçamentária Anual – LOA e com o Plano Plurianual - PPA.

Consta, também, Declaração do Chefe do Poder Executivo informando que a ação “Programa de Recuperação Fiscal de Foz do Iguaçu -REFIS 2022 II” tem adequação orçamentária e financeira com a Lei nº 5.063, de 22 de dezembro de 2021 (LOA 2022), compatibilidade com a Lei nº 4.999, de 16 de julho de 2021 (LDO 2022) e com a Lei nº 5.062, de 22 de dezembro de 2021 (PPA 2022/2025), conforme demonstrado no RIOF nº 96/2022.

A Proposta foi objeto de análise pela Consultoria Jurídica desta Casa, cujo parecer transcrevemos parcialmente:

“...

O texto legal do projeto possui o objetivo único de instituir o programa de recuperação fiscal (REFIS) de modo a permitir a “regularização de créditos tributários e não tributários”, que venceram até o dia 31 de dezembro de 2021.

O benefício se estende a pessoas físicas e jurídicas, que possuem débitos ajuizados ou não pelo município.

...

Muito embora no presente programa o benefício não alcance os débitos relativos ao ITBI (art.2º, §2º, PL), as vantagens do programa para o poder público e para o contribuinte são evidentes.

O caráter vantajoso, inclusive, se trata de elemento importante a ser destacado, na medida

Handwritten signature and initials in blue ink.



Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

que influenciará na concessão imediata do desconto proposto, uma vez desnecessária a observação dos princípios da anterioridade comum e nonagesimal pela futura lei, questão presente no artigo 150, II, letras b e c, da CF (não exigência no mesmo exercício e antes dos 90 dias da publicação).

A desnecessidade de observação da anterioridade nonagesimal encontra guarida nas decisões do STF [...]

...

Por outro lado, deve-se observar que as propostas de refinanciamento se tratam de medida excepcional, tendo em vista a natureza compulsória do tributo e a rigidez do sistema tributário brasileiro, que se vê sustentado pelo primado da legalidade tributária (art.150, I). É com base neste postulado que pode-se dizer que os programas de refinanciamento são juridicamente possíveis, desde que a sua instituição venha sempre enquadrada nas normas que a lei estabelecer sobre a matéria.

Especificamente, para Foz do Iguaçu, as normas sobre refinanciamento encontram-se previstas no artigo 165, do Código Tributário local (LC nº 82/2003)[...]

...

Com base em tal dispositivo, vê-se que o programa de REFIS para este ano de 2022, efetivamente, atende o artigo 165, do CTM, que determina a possibilidade de desconto da obrigação tributária somente por lei específica.

Os efeitos práticos da medida encontram-se presentes no texto do artigo 2º, do projeto, que propõe a alteração do tratamento dado aos juros e multa para as dívidas de quaisquer

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

espécies de tributos municipais (exceto ITBI - §2º, art.2º)[...]

...

A exclusão dos juros e multas valeriam somente para pagamento à vista (art.1º, PLC) e não alcançariam honorários, custas e taxas cartorárias (§2º, art.2º).

...

Com relação ao aspecto financeiro-orçamentário, em razão da existência de renúncia fiscal, se mostra necessário à proposta cumprir as condições estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/90) - art.14, I e II:[...]

...

Neste projeto, ambas condições encontram-se cumpridas.

Cabe aqui uma observação quanto ao inciso II, que o STF entende somente ser exigível quando "os novos gastos tributários não puderem ter seu impacto quantificado e avaliado dentro do orçamento", o que não é o caso do programa em exame, na medida em que resta declarado no relatório que "a receita arrecadada" se mostra "superior à previsão de receitas da Lei Orçamentária 2022" (fl.07-Relatório).

A desnecessidade de medida de compensação, todavia, não desfaz a obrigatoriedade da anexação do impacto orçamentário, que, além da LRF, também encontra fundamento na orientação do tribunal de contas estadual (TCE-PR).

...

Dito isto, conclui-se a ilustre relatoria, que o presente PLC nº 24/2022, que propõe o REFIS municipal, se mostra em condições para tramitação nesta casa legislativa, eis que

Handwritten signature in blue ink.



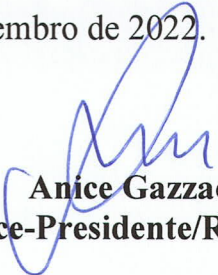
Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

observa as normas legais vigentes sobre o tema que aborda (programa de descontos para contribuintes do município - renúncia fiscal), em especial o artigo 14, incisos I e II, da LRF (LC n°101/90) e o artigo 165, da LC n°82/2003 (Código Tributário Municipal). Em razão do conteúdo do projeto se tratar de benefício tributário, não há a necessidade da observação dos princípios da anterioridade comum e nonagesimal, presentes no artigo 150, II, letras b e c, da CF (não aplicação e exigência da lei no mesmo exercício e antes dos 90 dias após a sua publicação). Nestas condições, o benefício legal, uma vez aprovado, poderá ser concedido de maneira imediata."

Diante do exposto, após a análise da Matéria e em vista das considerações apresentadas pela Consultoria Jurídica, esta Comissão se manifesta favorável à aprovação do Projeto de Lei Complementar n° 24/2022.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2022.


Anice Gazzaoui
Vice-Presidente/Relatora

Edivaldo Alcântara
Membro


Alex Meyer
Membro

Kalito Stoeckl
Membro


João Morales
Membro